



**MONAF**

MONTEPIO NACIONAL DA FARMÁCIA - A.S.M.

# **PROGRAMA DE ACÇÃO E ORÇAMENTO 2012**



**MONAF**

MONTEPIO NACIONAL DA FARMÁCIA - A.S.M.

## PROGRAMA DE ACÇÃO E ORÇAMENTO 2012

No cenário de uma crise sem precedentes, nos mercados financeiros mundiais, como a que atravessamos, requerem-se transformações profundas face à complexidade dos problemas que enfrentamos e que exigem, inequivocamente, estabilidade cambial e a credibilidade da moeda a qual apenas pode e deve ser emitida como reflexo da riqueza real produzida, criada e acumulada por cada nação e não por artifícios que se destinam apenas a corrigir desequilíbrios reais na competitividade e nas finanças públicas dos diferentes emissores de moeda.

Transformações estas que serão um desafio à reflexão por parte de todos e que envolvem a necessidade de profundas medidas reformadoras do Estado em resultado da sua incapacidade em promover e garantir as verdadeiras e necessárias reformas que, num quadro europeu e global, nos tornassem um País, estruturalmente, mais competitivo e reflectido.

O endividamento progressivo do País (Estado, Empresas, Famílias), com maior ênfase na última década, veio pôr em causa um conjunto abrangente de despesas públicas, nomeadamente, os apoios e o papel do Estado Social.

O alargamento ambicioso e generoso - embora irrealista porque não sustentado e mensurado - dos benefícios concedidos pelo Estado Social gerou a convicção de que, este podia resolver todos os problemas dos cidadãos o que, conjugado com a pretensa garantia de intocabilidade dos direitos adquiridos, tornavam desnecessário a manutenção dos princípios e bons hábitos de poupança.

O sistema de Segurança Social tal como está construído, assente num sistema de repartição, não poderá continuar a cumprir os seus fins sendo a falência do Estado Social nestes moldes uma evidência e, hoje, um dado objectivo.

Os sistemas assentes e baseados em rendimentos redistribuídos entre classes e gerações pelo Estado estarão condenados pela impossibilidade de os contribuintes activos suportarem os encargos de um cada vez maior número de reformados e dependentes.



**MONAF**

MONTEPIO NACIONAL DA FARMÁCIA - A.S.M.

Se o crescimento populacional assentava no aumento do número de pessoas jovens, no futuro, este provirá do aumento do número de pessoas acima dos 60 anos (projeções da ONU) a que crescem mudanças rápidas na dimensão, estrutura e natureza da Família. Sendo a Família norma a que tem apenas um filho, tal implicará a inexistência de irmãos mas também a não existência de tias, tios, sobrinhos, sobrinhas e primos e primas. Os parentes biológicos resumir-se-ão aos pais – e, infelizmente, as crianças vivem, cada vez mais, apenas com um deles.

As reformas garantidas pelo Estado irão continuar a diminuir, gradualmente, de valor, estando o impacto das reformas da Segurança Social que tiveram lugar em 2007, a ser interiorizadas e reconhecidas por aqueles que mais vão sentir o seu impacto: os, agora, jovens.

Há já um número crescente de cidadãos que reconhece a importância de se começar a poupar cada vez mais e mais cedo, assegurando para si e por si o seu futuro com uma reforma condigna, adequada e consentânea com as exigências e nível de vida de cada um.

É necessário que o Estado, as Empresas e as Famílias se consciencializem de que é necessário mudar hábitos tendo presente o recuo do papel do Estado Social em resultado claro das suas dificuldades de financiamento por efeito da dinâmica demográfica e das dificuldades crescentes de acesso aos mercados de crédito, obrigando-nos a um maior rigor e ponderação no consumo, até por necessidade de redução dos défices externos, o que conduzirá ao aumento dos seus níveis de poupança

Mas é fundamental ter também uma nova e diferente estratégia para a aplicação dessa poupança e encontrar outro posicionamento e outro modelo de desenvolvimento para a economia que não o do agora agonizante sistema de repartição e que caminhará, prevemos, em direção a um sistema de capitalização, mudança que, no entanto, não se fará, tenhamos presente, sem custos.

Haverá assim, claramente, lugar neste futuro, em permanente mudança, para instituições de natureza mutualista como é o caso do MONAF pelo que importa estarmos preparados e à altura dos desafios que se virão a colocar nos próximos anos, definindo programas técnicos e financeiros de equilíbrio, pensados numa lógica de médio e longo prazo em consonância com o papel e função que desempenhamos.



**MONAF**

MONTEPIO NACIONAL DA FARMÁCIA – A.S.M.

### Do orçamento 2011

Os objectivos e o cumprimento das responsabilidades e fins que originaram e justificam a existência do MONAF encontram-se devidamente reflectidos no Orçamento para 2012.

Na anuidade iremos liquidar benefícios num total de 11,65 milhões de euros dos quais, aproximadamente, 2,8 milhões serão responsabilidades para pagamento de rendas de aposentadoria a 632 associados e pensões a 98 Beneficiários, afinal um dos propósitos mais relevantes da Instituição.

Os valores a liquidar ao longo da anuidade em resultado do vencimento dos Planos de Benefícios V – “Capitais de previdência com valor de resgate” e VI – “Capitais a quota única reembolsáveis em caso de morte” estimam-se este ano em, cerca de, 8,84 milhões de euros representando, 65,7% do total dos capitais vencidos na anuidade e que serão de 13,44 milhões de euros o que traduz o expressivo valor dos Benefícios Estatutários que, anualmente, são liquidados pela Instituição.

Nos proveitos inerentes a Associados, o volume total das quotizações atingirá, estima-se, os 7,09 milhões de euros. Destes, os Planos de quotização mensal (I, II, III, V e VII) representam 5,76 milhões de euros, enquanto as novas subscrições do Plano VI (quotas únicas) atingirão os 1,33 milhões de euros.

Em resultado da actividade financeira do MONAF estimam-se Proveitos Financeiros e Extraordinários de 7,44 milhões de euros e Custos da mesma natureza na ordem, dos 2,09 milhões de euros, sendo o Resultado do Exercício positivo e de 7,8 mil euros.

A DIRECÇÃO

Lisboa, 23 de Novembro de 2011



## ORÇAMENTO A 31/12/2012

### BALANÇO

<u>ACTIVO</u>	€	<u>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</u>	€
<b>IMOBILIZADO</b>			
IMOBILIZAÇÕES	17.822,51	FUNDO SOCIAL	2.587.278,11
IMOBILIZADO FINANCEIRO	95.207.111,91	Reservas, Excedentes técnicos e Resultados	
PROVISÕES FINANCEIRAS	(20.147.735,53)	Transitados	(2.210.807,39)
	<u>75.059.376,38</u>	<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<u>7.796,79</u>
<b>DIVIDAS DE TERCEIROS</b>			
ASSOCIADOS	508.879,00		<u>384.267,51</u>
OUTROS	658,00	<b>PASSIVO</b>	
<b>DISPONIBILIDADES</b>			
DEPÓSITOS BANCÁRIOS	81.153,00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	75.030.691,60
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	169.571,00	DÍVIDAS A TERCEIROS	321.282,00
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>75.837.459,89</b>	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	101.218,78
		<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>75.837.459,89</b>

Final  
Luzaybete  
JL  
17/3



## ORÇAMENTO A 31/12/2012

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

*Frederico de  
Lima Costa*  
*[Signature]*

<b>CUSTOS E PERDAS</b>	<b>€</b>	<b>PROVEITOS E GANHOS</b>	<b>€</b>
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS	11.650.474,41	PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	316.601,96	QUOTAS I/V e VII	5.762.623,86
IMPOSTOS	0,00	QUOTAS VI	1.326.956,28
CUSTOS COM O PESSOAL	291.752,63		<hr/> 7.089.580,14
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	13.898,74	JÓIAS	900,00
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	515.337,01	RECEITAS ADMINISTRAÇÃO E COBRANÇA	355.876,67
	<hr/> 12.788.064,76	OUTRAS RECEITAS	0,00
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	489,40		<hr/> 356.776,67
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	1.853.750,00	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	6.965.991,87
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	242.000,00	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	479.752,28
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.796,79</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>14.892.100,95</b>	<b>TOTAL</b>	<b>14.892.100,95</b>



**MONAF**

MONTEPIO NACIONAL DA FARMÁCIA – A.S.M.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

### Programa de Acção e Orçamento para 2012

O Conselho Fiscal reuniu nesta data, na sede da Instituição, tendo apreciado o Programa de Acção e o Orçamento apresentados pela Direcção.

Analizados os documentos e tendo presente os esclarecimentos que nos foram prestados, este Conselho deliberou emitir parecer favorável ao Programa de Acção e ao Orçamento para 2012, recomendando a sua aprovação pelos Associados na Assembleia Geral convocada para o dia 14 de Dezembro próximo.

#### O Conselho Fiscal

David Dias Hora Branco (Presidente)

Jorge Artur Carvalho Nunes de Oliveira (1º Secretário)

João Abel Gonçalves Novo (2º Secretário)

Lisboa, 23 de Novembro de 2011